

## SEMINÁRIO DIREITO PRIVADO E TECNOLOGIA

## RESUMO EXPANDIDO

*Título*

**CARTILHA DE ATUAÇÃO QUALIFICADA DO PROMOTOR DE JUSTIÇA EM AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO FAMILIAR ENVOLVENDO DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, COM PODCASTS COMPLEMENTARES: ESTRATÉGIAS DE AUTOCOMPOSIÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL**

*Autoria***Adriana Cecília Lordelo Wludarski**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito e Inovação (PPGDI) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Promotora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco desde 2019. Especialista em Direito e Processo Penal (2024). Especialista em Direito da Criança e do Adolescente (2022). Especialista em Direito Eleitoral: Princípios e Práticas (2021). Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (2007). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (2004).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6258383662222971>

E-mail: [driwludarski@yahoo.com.br](mailto:driwludarski@yahoo.com.br)

*Grupo de trabalho*

GT 2 – Mediação, Resiliência e Inovação Social

*Contextualização*

A atuação do membro do Ministério Público em audiências de conciliação familiar que envolvem direitos de crianças e adolescentes demanda participação ativa e qualificada. Tais audiências, frequentemente, se desenvolvem em contextos de grande carga emocional, tornando crucial instrumentalizar os membros do Ministério Público com conhecimentos e habilidades específicas na solução consensual de conflitos, razão pela qual uma cartilha complementada por podcasts pode contribuir como ferramenta útil e enriquecedora.

*Problema*

Como criar uma cartilha e podcasts para qualificar a atuação de promotores de justiça em conciliações familiares, visando promover soluções consensuais e assegurar os direitos de crianças e adolescentes?

### *Objetivo geral*

Elaborar uma cartilha complementada por podcasts destinada a membros do Ministério Público, com foco na atuação qualificada em audiências de conciliação familiar envolvendo direitos de crianças e adolescentes, com sugestão de métodos de solução de conflitos aplicáveis.

### *Metodologia*

Método dedutivo, através de uma revisão sistematizada da literatura, abrangendo doutrinas, artigos, legislação aplicável, periódicos, materiais informativos, dissertações e teses sobre métodos de solução de conflitos e a atuação do Ministério Público em audiências de conciliação familiar.

Poderá ser utilizada a ferramenta de *design thinking* para compilar um material útil que atenda às necessidades do Ministério Público e para a elaboração do produto e suas funcionalidades.

Poderá ser utilizada a metodologia de estudos de casos (pesquisa qualitativa).

### *Uso de ferramentas de IA*

Não houve a utilização de ferramentas de IA.

### *Relevância / Originalidade*

A vivência profissional demonstra a necessidade de aperfeiçoamento da atuação ministerial por meio de técnicas que auxiliem o membro como facilitador da comunicação e da construção de consensos qualificados.

O estudo é inovador por não haver material similar no âmbito jurídico com esse enfoque específico. Pretende-se que o produto contribua com a construção de acordos em consonância com o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

A escolha do produto muito se relaciona ao fato da autora desempenhar suas funções na curadoria da infância e juventude e participar de audiências de conciliação, vislumbrando-se a necessidade de um material dinâmico que contribua para o aperfeiçoamento da atuação ministerial.

A temática é relevante e está em consonância com a Resolução 118 do CNMP, de 1º/12/2014, instituiu a Política Nacional de Incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público brasileiro.

### *Desenvolvimento estruturado*

#### **1. Análise de Atuação Qualificada do membro do Ministério Público em Conciliações Familiares;**

Destacar e analisar a importância da participação ativa e estratégica do promotor de justiça em audiências de conciliação familiar, de modo a promover a efetiva proteção dos direitos de crianças e adolescentes;

#### **2. Desafios e Pontos de Atenção na Atuação Ministerial em Audiências de Conciliação Familiar;**

A ideia é identificar as principais dificuldades e desafios relacionados a essa peculiar atuação ministerial, tendo em vista a complexidade das relações familiares e a necessidade de garantir que os acordos realmente atendam ao melhor interesse da criança e do adolescente;

### **3. Abordagem de técnicas/métodos de solução de conflitos utilizáveis pelo Promotor de Justiça no contexto especificado;**

Sistematizar técnicas de solução de conflitos e desvincular o promotor do viés meramente acusador, capacitando-o como um agente facilitador de solução de conflitos. Complementar a cartilha com podcasts que poderão abordar estudos de casos ou detalhar métodos, trazendo diferenciações e aplicações práticas.

#### *Resultados esperados*

A pesquisa encontra-se em seu início e, portanto, nessa fase, o resultado esperado é a elaboração da cartilha, utilizando recursos visuais se possível, e que os podcasts sejam ferramentas úteis para uma atuação ministerial mais estratégica na construção de acordos que atendam ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

#### *Contribuições*

As contribuições serão teóricas e práticas, haja vista que o objetivo é sistematizar conhecimentos sobre técnicas a serem utilizadas na atuação ministerial. Outrossim, também uma contribuição social tendo em vista que o aperfeiçoamento da atuação do promotor de justiça gera impacto na facilitação da solução de conflitos, assegurando os direitos de crianças e adolescentes.

#### *Levantamento bibliográfico*

ALMEIDA, Tânia. **Caixa de Ferramentas em Mediação**: aportes práticos e teóricos. São Paulo: Dash, 2014.

ALMEIDA, Tania. PELAJO, Samantha, JONATHAN, Eva. **Mediação de Conflitos para Iniciantes, Praticantes e Docentes**. 3ª ed. Salvador: JusPodivm, 2021.

ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan. **Princípios norteadores do Direito da criança e do adolescente**- Estudo teórico e pragmático. São Paulo: Mackenzie, 2024.

CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e; MENDEZ, Emílio Garcia. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: Comentários jurídicos e sociais. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, E-book.

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. 15ª ed. Salvador: Juspodivm, 2025.

SALES, Lília Maia de Moraes. Mediare. **Um Guia Prático para mediadores**. 3ª ed. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos Conflitos Cíveis**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.

### *Referências*

BRASIL. **Resolução CNMP nº 118/2024, de 1º de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Recomendacoes/Recomendação-054.pdf>. Acesso em 18 maio 2025.